

MONITOR FISCAL

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Dezembro/2018 (Dados de outubro/2018)



Desempenho Fiscal

União registra superavit primário de R\$ 10,7 bilhões em outubro e acumula resultado negativo de R\$ 64,9 bilhões em 2018. No âmbito do governo central, projeções de mercado apontam para um deficit de R\$ 131,0 bilhões no ano, inferior à meta anual, fixada em R\$ 159,0 bilhões. Resultados fiscais deficitários persistentes, contudo, mantêm o estado de alerta quanto ao objetivo de estabilização da dívida pública.

A. RESULTADO PRIMÁRIO

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		META LDO		DIFERENÇA (B)-(A)
	EM OUTUBRO	ATÉ OUTUBRO (A)	ORIGINAL	ALTERADA (B)	
Setor Público Consolidado	7,8	-51,5	-131,3	-161,3	-109,8
União	10,7	-64,9	-132,5	-162,5	-97,6
Governo Central	10,2	-66,3	-129,0	-159,0	-92,7
Empresas Estatais Federais	0,5	1,4	-3,5	-3,5	-4,9
Estados e Municípios	-2,9	13,4	1,2	1,2	-12,2

Fonte: Banco Central para valores realizados e Lei 13.473/2017 (LDO 2018), atualizada pela Lei 13.480/2017.

O resultado primário da União em outubro de 2018 foi superavitário em R\$ 10,7 bilhões. O resultado acumulado no ano, todavia, é deficitário em R\$ 64,9 bilhões. Entre os componentes do resultado, destaca-se a participação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que registra deficit de R\$ 168,1 bilhões até outubro. Descontado o RGPS, o resultado primário do governo central teria sido superavitário em R\$ 116,6 bilhões no ano.

Para 2018, a mediana das projeções de mercado, informada pelo Prisma Fiscal¹ de novembro de 2018, aponta para deficit de R\$ 131,0 bilhões no âmbito do governo central, frente à meta de deficit anual de R\$ 159,0 bilhões, fixada na LDO para 2018.

Em que pese o indicativo de cumprimento da meta anual, deficit primários elevados e persistentes impõem risco de descontrole do endividamento. Para que a dívida federal bruta fosse estabilizada, por exemplo, no patamar de 69,9% do PIB (apurado ao final de 2017), o superavit primário do governo central em 2018 não poderia ser inferior a 2,4% do PIB, consoante metodologia informada no Estudo Técnico 9/2018². A meta de resultado primário do governo central para 2018, entretanto, equivale a deficit de 2,8% do PIB.

¹ Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/relatorios-do-prisma-fiscal/relatorio-mensal/2018/relatorio-mensal-2018_11.pdf>.

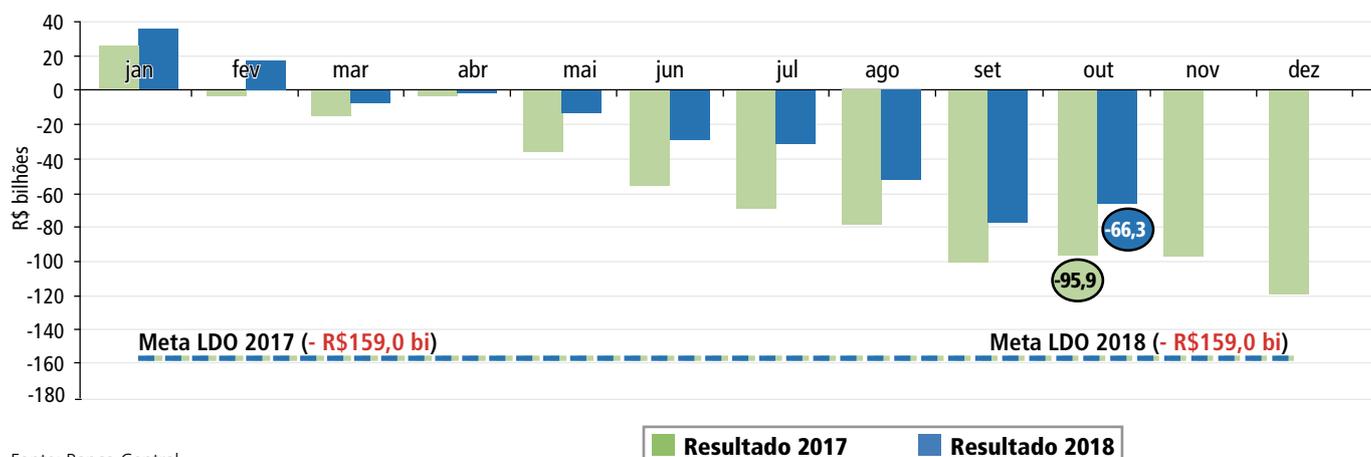
² Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2018/2018_ET_SupRequerido_20180626.pdf>.

AVISO:

A partir do mês de junho de 2018, a publicação do Monitor Fiscal ocorre bimestralmente, sempre nos meses pares.

B. DESEMPENHO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (2017-2018)

Resultado primário acumulado do ano (2017 - 2018)



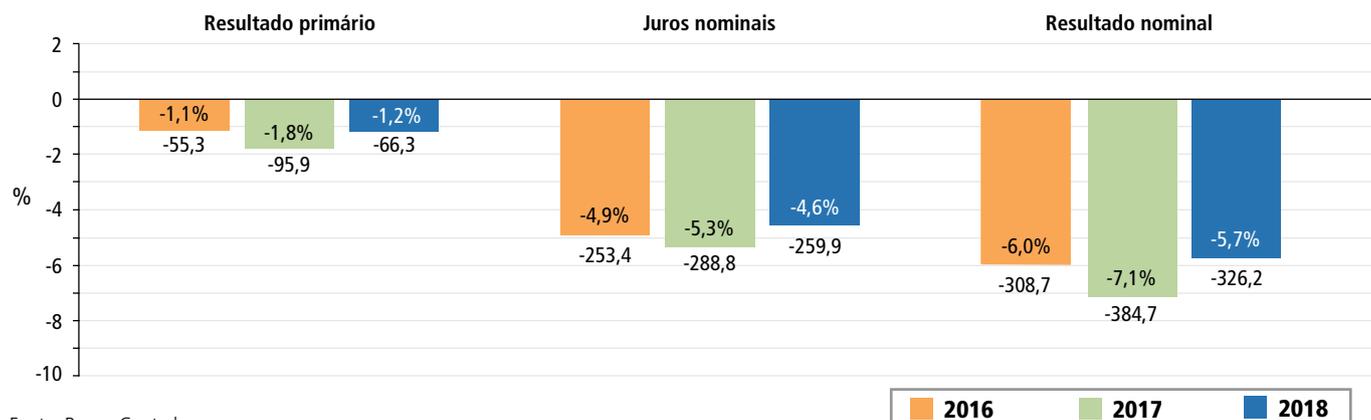
Fonte: Banco Central.

Em outubro de 2018, o governo central apresentou superávit primário de R\$ 10,2 bilhões, contra superávit de R\$ 5,0 bilhões verificado no mesmo mês de 2017. No ano,

o resultado acumulado é deficitário em R\$ 66,3 bilhões, ante deficit de R\$ 95,9 bilhões apurado no mesmo período do ano anterior.

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2016-2018)

Resultados fiscais do governo central — Até Outubro (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central.

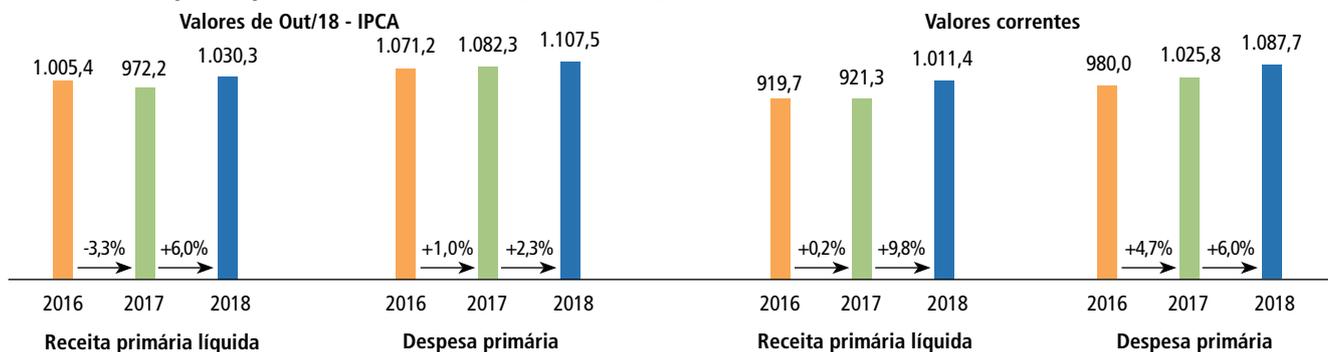
O resultado nominal do governo central até outubro de 2018 foi deficitário em R\$ 326,2 bilhões (5,7% do PIB). No mesmo período de 2017, o deficit acumulado foi de R\$ 384,7 bilhões (7,1% do PIB).

Contribuíram para esse resultado as sucessivas reduções de meta da taxa básica de juros (Selic), que de janeiro de 2017 a março de 2018 passou de 13,75% a.a. para 6,5% a.a., assim mantida até o momento.

Nada obstante, a persistência de deficit primários, tal como programado para 2018, associada a despesas líquidas com juros, concorrem para a formação de uma trajetória de crescimento da dívida, conforme apresentado no item F deste relatório.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Até Out (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional.

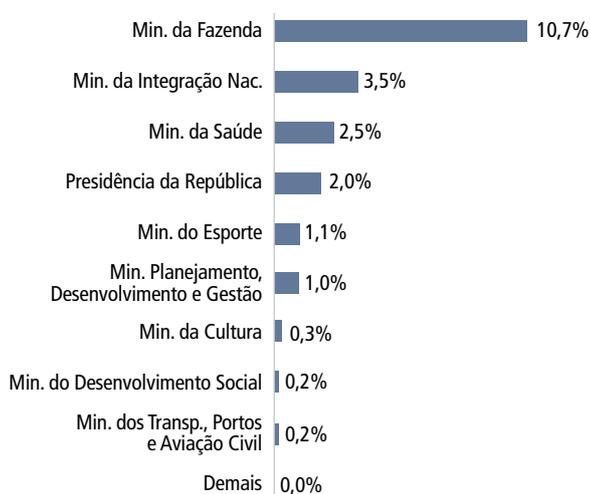
A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou aumento real de 6,0% de janeiro a outubro de 2018, relativamente ao mesmo período de 2017. A despesa primária, por seu turno, teve crescimento real de 2,3%.

O principal componente da receita primária, constituído pelas receitas administradas pela Receita Federal do Bra-

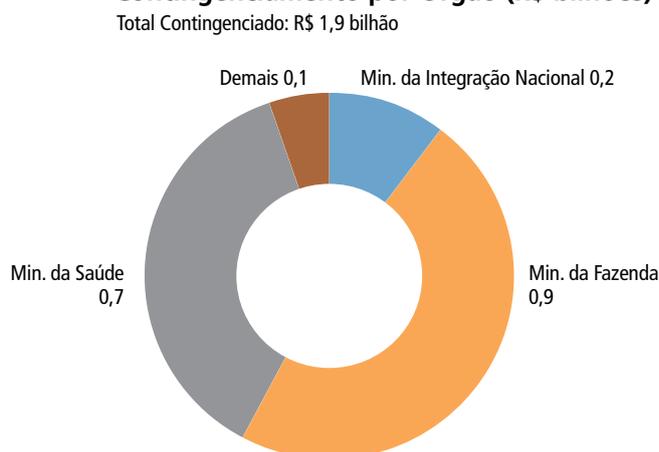
sil (RFB), alcançou R\$ 767,6 bilhões no acumulado até outubro, apresentando aumento real de 5,8%, comparativamente a 2017. Pelo lado da despesa, destaca-se o crescimento real de R\$ 20,1 bilhões (10,0%) em despesas discricionárias e de R\$ 7,6 bilhões (1,6%) em benefícios previdenciários.

E. CONTINGENCIAMENTO

Contingenciamento por Órgão (% da dotação atual)



Contingenciamento por Órgão (R\$ bilhões)



Fonte: Siga Brasil e Decreto nº 9.590/2018. As dotações autorizadas das UOs constantes dos Órgãos 71000, 73000 e 74000 foram incluídas nas dotações atuais dos órgãos responsáveis por sua supervisão em razão dos decretos de limitação de empenho não discriminarem mais esses três órgãos.

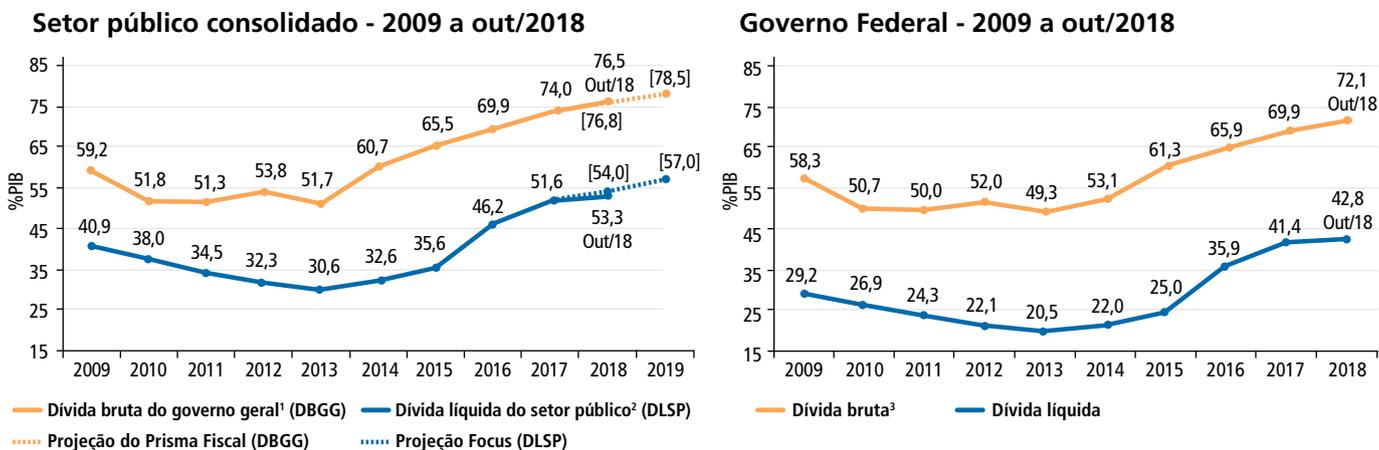
O orçamento de 2018 apresenta um contingenciamento (limitação de empenho) de R\$ 1,9 bilhão em relação à dotação autorizada (lei + créditos), distribuído entre órgãos do Poder Executivo conforme os gráficos acima, elaborados com amparo no Decreto 9.590, de 2018. Esse total equivale a 1,5% da dotação autorizada sujeita a limites de empenho no Executivo, que perfaz o total de R\$ 130,4 bilhões.

Em termos relativos, destaca-se a contenção de 10,7% das dotações discricionárias do Ministério da Fazenda, que também apresentou o maior nível de contingenciamento em termos absolutos (R\$ 0,9 bilhão), seguido do Ministério da Saúde (0,7 bilhão).

Cabe esclarecer, porém, que o montante setorial objeto de limitação de empenho encontra-se disponível para utilização pelos Ministros de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Fazenda, razão pela qual não há contingenciamento formal quando se considera o orçamento como

um todo. Por esse motivo, não foi promovido contingenciamento das emendas individuais e de bancada estadual impositivas, de tal sorte que as referidas emendas podem ser executadas no mesmo montante autorizado na lei orçamentária.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal de Novembro/2018 e Relatório de Mercado Focus de 30/11/2018. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

A dívida bruta do governo geral (DBGG) aumentou 2,5 p.p. em 2018 e alcançou 76,5% do PIB (R\$ 5,2 trilhões) em outubro. Os grandes componentes da DBGG são a dívida mobiliária do Tesouro Nacional, que correspondeu a 52,9% do PIB (R\$ 3,6 trilhões), e as operações compromissadas do Banco Central, que representaram 17,7% do PIB (R\$ 1,2 trilhão). Segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de novembro, a DBGG deve se

situar em 76,8% do PIB ao final de 2018 e 78,5% do PIB ao término de 2019.

No que tange exclusivamente ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto aumentou 2,2 p.p. no ano e alcançou 72,1% do PIB (R\$ 4,9 trilhões) em outubro.

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Consultora-Geral: Ana Claudia C. S. Borges
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D’Avila, Aritan Maia, Dayson Pereira, Eduardo Rodríguez, Flávio Luz, Ingo Luger, Marcel Pereira, Paulo Bijos, Renan Milfont, Rafael De Fraia e Souza e Vinicius Ribeiro.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | **Impressão:** Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal